CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO CETESB n.° 22/2025/308

PROCESSO E-AMBIENTE n° CETESB.034794/2025-17
CONTRATO CETESB n.° 079449

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE **CETESB**, **POR MEIO DA CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO** E **ACTIO DIGITAL LTDA**, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTRATAÇÂO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS, CONFORMIDADE, CONTROLES INTERNOS, GESTÃO ESTRATÉGICA, E AUDITORIA INTERNA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, QUE INTEGRA O EDITAL COMO ANEXOI.

A CETESB – COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, doravante designada "CONTRATANTE", inscrita no CNPJ sob nº 43.776.491/0001-70, com sede na Av. Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, São Paulo/SP, e Actio Digital LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 32.783.967/0001-83, com sede na Av. Cristiano Machado 2940, Bairro: União, CEP 31160-372, Belo Horizonte/MG , a seguir denominada "CONTRATADA", neste ato representadas pelos seus respectivos representantes legais na forma de seus Instrumentos Constitutivos, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebram o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas, na Lei federal nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações da CETESB, subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a contratação de software de gestão de riscos corporativos, conformidade, controles internos, gestão estratégica, e auditoria interna., conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que integra o Edital como Anexo I.

§ 1º - O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

§ 2º - O regime de execução deste contrato é o de empreitada **por preço unitário**.

Pág. 1 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

CLÁUSULA 2ª – PREÇO E REAJUSTE

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço total estimado de R$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme demonstrado na Planilha de Proposta/Planilha de Quantidades e Preços – Anexo II**.**

§ 1º - Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

§ 2º - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

§ 3º - Os preços a que se refere o *caput* serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:

$$R = P_0\left[\left(\frac{IPC}{IPC_0} - 1\right)\right]$$

Onde:

- ***R = parcela de reajuste;***

- ***P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;***

- ***IPC/IPC0 = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.***

§ 4º - A periodicidade anual de que trata o Parágrafo Terceiro será contada a partir da data de apresentação da proposta, que será considerada a data de referência dos preços.

CLÁUSULA 3ª – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de recebimento definitivo pela

Pág. 2 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

CETESB, sendo:

I – Prazo para fornecimento/instalação/funcionamento total do objeto deste contrato será de **3 (três) meses** corridos, contados a partir data da Ordem de Início dos Serviços emitida pela CETESB.

§ 1º - O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

§ 2º - A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até **90 (noventa) dias** antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

§ 3º - Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições estabelecidas na Lei Federal nº 13.303/2016.

§ 4º - A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

§ 5º - Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.

§ 6º - Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

§ 7º - Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA 4ª - CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a apresentação dos originais da nota fiscal/fatura **aos cuidados de Divisão de Conformidade e Gestão de Riscos - PMC, Av. Professor Frederico Hermann Júnior, 345, Alto de Pinheiros, CEP 05459-900 - São Paulo/SP**, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

§ 1º - Os pagamentos serão feitos mediante crédito aberto em conta corrente em nome da contratada no Banco do Brasil S/A, de acordo com as seguintes condições:

I - em 30 (trinta) dias após a realização dos serviços.

II - A discriminação dos valores dos serviços deverá ser reproduzida na nota fiscal/fatura apresentada.

III – Os itens 1 e 4 da Proposta/Planilha de Quantidade e Preços (“Anexo II”) são de pagamento mensal. Os demais itens são de pagamento único.

§ 2º - Havendo atraso nos pagamentos, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês,

Pág. 3 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

§ 3º - Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

§ 4º - A CETESB poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

§ 5º - O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

I - Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;

II - Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) A CETESB, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.

b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISS" ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

III - Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:

a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;

b) Mensalmente a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN por meio de cópias autenticadas das guias correspondentes ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;

c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura à CETESB o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

Pág. 4 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

CLÁUSULA 5ª - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

I - zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

II – designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com a CETESB;

III - cumprir as disposições legais e regulamentares municipais, estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

IV - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

V - dar ciência imediata e por escrito à CETESB de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

VI - prestar à CETESB, por escrito, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

VII - responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente à CETESB ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CETESB em seu acompanhamento;

VIII - responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 77 da Lei Federal n° 13.303/2016;

IX - manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

X - substituir qualquer integrante de sua equipe cuja permanência nos serviços for julgada inconveniente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação justificada formulada pela CETESB;

XI - arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede da CETESB;

XII - apresentar, quando exigido pela CETESB, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

XIII - identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CETESB;

XIV - obedecer às normas e rotinas da CETESB, em especial as que disserem respeito à proteção de dados pessoais, à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações coletadas, custodiadas, produzidas, recebidas, classificadas, utilizadas, acessadas, reproduzidas, transmitidas, distribuídas, processadas, arquivadas, eliminadas ou avaliadas durante a execução

Pág. 5 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

XV - implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de maneira a não interferir nas atividades da CETESB, respeitando suas normas de conduta;

XVI - reexecutar os serviços sempre que solicitado pela CETESB, quando estiverem em desacordo com as técnicas e procedimentos aplicáveis;

XVII - guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

XVIII - manter bens e equipamentos necessários à realização dos serviços, de qualidade comprovada, em perfeitas condições de uso, em quantidade adequada à boa execução dos trabalhos, cuidando para que os equipamentos elétricos sejam dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;

XIX – submeter à CETESB relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

XX - prestar os serviços por intermédio da equipe indicada nos documentos apresentados na fase de habilitação, a título de qualificação técnica, quando exigida.

XXI - indicar um supervisor para realizar periodicamente, em conjunto com a CETESB, o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação dos serviços;

XXII - responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CETESB ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização da CETESB em seu acompanhamento;

XXIII - manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação;

XIV - cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 no âmbito da execução do objeto deste Contrato e observar as instruções por escrito da CETESB no tratamento de dados pessoais; e

XXV - cumprir as disposições constantes do Código de Conduta e Integridade da CETESB, disponível em https://cetesb.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/codigo-etica-maio-2014.pdf.

§ 1º - A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

§ 2º - Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

Pág. 6 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

I – prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

II – comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

III – comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

IV – no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

V – dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

§ 3º - O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 67.301/2022.

CLÁUSULA 6ª - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (CETESB)

São obrigações da CETESB:

I - exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

II - fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

Pág. 7 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

IV - expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da data de início de sua execução.

V- permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

VI - observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da CONTRATADA, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a Cláusula Primeira deste Contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

CLÁUSULA 7ª - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

§ 1º - A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

§ 2º - A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA 8ª – PENALIDADES E SANÇÔES ADMINISTRATIVAS

A inexecução total ou parcial do(s) contrato(s) ou cometimento de falhas de qualquer natureza que comprometam, em qualquer grau, o cumprimento das obrigações assumidas, garantida prévia defesa, sujeitará a CONTRATADA, as sanções previstas em lei, em conformidade com o **"ANEXO III"** – "**PORTARIA SEMIL SGC nº 01, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025"**

§ 1º - O valor correspondente à multa aplicada poderá ser, a critério da CETESB, descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção ou ser descontado de eventuais créditos a receber.

§ 2º - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados, implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

§ 3º - As penalidades previstas neste capítulo poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, observadas as prescrições legais pertinentes e as disposições estabelecidas nos respectivos instrumentos convocatórios.

§ 4º - Independentemente das sanções estabelecidas, a CONTRATADA, em razão se sua inadimplência, arcará ainda, a título de perdas e danos, com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, se nenhum dos classificados remanescentes aceitar a contratação nos termos propostos pela inadimplente.

Pág. 8 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

§ 5º - A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, em conformidade com a portaria que trata o *caput* desta Cláusula, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

§ 6º - A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada, no "Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções", no endereço www.esancoes.sp.gov.br e, também no "Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS", no endereço http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis.

§ 7º - As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

§ 8º - A CETESB reserva-se no direito de descontar das faturas os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, ou, quando for o caso, efetuará a cobrança judicialmente.

§ 9º - A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas em conformidade com a portaria que trata o *caput* desta Cláusula.

CLÁUSULA 9ª - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Os serviços executados serão objeto de medição, de acordo com os seguintes procedimentos:

§ 1º - No primeiro dia útil subsequente em que forem prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados;

§ 2º - A CETESB solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura eletrônica;

§ 3º - Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados e apurados da seguinte forma:

a) O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados**;**

b) A realização dos descontos indicados na alínea "a" não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA em virtude da inexecução dos serviços.

§ 4º - Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CETESB atestará a medição, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura eletrônica, que deverá ser encaminhada à CETESB até o 15º dia do mês subsequente.

CLÁUSULA 10 – RESCISÃO

Pág. 9 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, sem prejuízo das demais penalidades previstas neste Contrato.

§ 1º - Constituem motivos para rescisão contratual, assegurado sempre o contraditório e a ampla defesa, os dispostos nos itens abaixo relacionados:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

III - a lentidão no seu cumprimento, levando a CETESB a presumir a não conclusão do objeto do contrato nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da execução do objeto do contrato;

V - a paralisação da execução do objeto do contrato sem justa causa e prévia comunicação à CETESB;

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;

VII - o não atendimento das determinações regulares do preposto da CETESB designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

IX - a decretação da falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que faça a CETESB presumir prejuízo à execução do serviço;

XII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da CETESB por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

XIII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XIV - o não cumprimento ou o cumprimento irregular das disposições do Código de Conduta e Integridade da CETESB.

a) caso não seja cumprido ou o cumprimento irregular do Código de Conduta e Integridade da CETESB.

§ 2º - A rescisão será formalizada obedecendo-se as disposições previstas em Lei.

§ 3º - A rescisão de que trata esta Cláusula acarretará as consequências estabelecidas na Lei Federal 13.303/2016.

§ 4º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CETESB nos casos de rescisão administrativa, previstas neste instrumento, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto

Pág. 10 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

CLÁUSULA 11 - VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório da CETESB nº **22/2025/308** e reproduz os termos e condições da proposta vencedora.

CLÁUSULA 12 - OBRIGAÇÕES DA HABILITAÇÃO

A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas nas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo único - A CETESB poderá exigir, a qualquer momento, comprovação do cumprimento dessas obrigações, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA 13 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato é regido pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento Interno de Licitações da CETESB e subsidiariamente pela Lei Federal nº 14.133/2021 na utilização da modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, previsto no seu Artigo 28, Inciso I e demais legislação aplicáveis.

CLÁUSULA 14 – SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

CLÁUSULA 15 - NOVAÇÃO

A tolerância das partes não implica em novação das obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA 16 - RECURSO ORÇAMENTÁRIO

No presente exercício as despesas decorrentes desta contratação irão onerar o crédito orçamentário de custeio, de classificação funcional programática 18542263065390000 e categoria econômica 339039.

Parágrafo Único: No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA 17 – ANEXOS

Fazem parte deste Contrato o Anexo I – Termo de Referência, Anexo II – Proposta/Planilha de Quantidades e Preços do Edital e naquilo que não colidirem com as cláusulas e condições deste instrumento.

Pág. 11 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

CLÁUSULA 18 - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir eventuais questões relativas a este Contrato.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CETESB, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, _____.

CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Liv Nakashima Costa
Diretora de Gestão Corporativa e Sustentabilidade

Adriano Rafael Arrepia de Queiroz
Diretor de Controle e Licenciamento Ambiental

Actio Digital LTDA

Josiene Aparecida Lemos Ribeiro
Representante Legal

Testemunhas:

Eduardo Alves Rodrigues
CPF: 198.468.038-26

Lorena Cândido
CPF: 061.740.466-64

Pág. 12 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

“ANEXO I”

“TERMO DE REFERÊNCIA”

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS, CONFORMIDADE, CONTROLES INTERNOS, GESTÃO ESTRATÉGICA E AUDITORIA INTERNA DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE CONFORMIDADE E GESTÃO DE RISCOS – PMC
MARÇO/2025

Pág. 13 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

1. APRESENTAÇÃO

O presente Termo de Referência estabelece os requisitos necessários para a contratação de software de gestão de riscos corporativos, conformidade, controles internos, gestão estratégica, e auditoria interna.

2. OBJETO

Contratação de software com serviços de hospedagem em nuvem (cloud) com instalação no ambiente computacional da CETESB. Essa ferramenta deve contemplar, de forma integrada, módulos ou funcionalidades relativas à gestão de riscos corporativos, gestão de conformidade (compliance), gestão de controles internos, gestão estratégica e gestão da auditoria interna. O objetivo é fortalecer a transparência e robustez nos processos organizacionais, ao mesmo tempo em que permite o registro e o monitoramento de ações, conforme as características e especificações descritas no Anexo I.

3. JUSTIFICATIVA

Considerando os trabalhos realizados pela CETESB para atendimento ao estabelecido na Lei Federal n.º 13.303/16, faz-se necessária a contratação de um software especializado. Trata-se de uma ferramenta indispensável para aprimorar os processos de gestão, fortalecer a conformidade e reduzir passivos regulatórios. Ele facilitará a prevenção proativa de riscos, a otimização de custos e alocação de recursos e permite a tomada de decisões baseadas em dados. Além disso, proporcionará a melhoria da eficiência operacional, o fortalecimento da Governança Corporativa, do suporte à Auditoria Interna e do Planejamento Institucional. Essas melhorias visam elevar a qualidade dos serviços prestados pela Companhia.

4. ESCOPO DOS SERVIÇOS

As especificações técnicas para a contratação de software para gestão de riscos, conformidade, controles internos, gestão estratégica, e auditoria interna estão descritas no ANEXO I, deste Termo de Referência.

Pág. 14 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

5. ETAPAS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Macro Atividade	Tipo
1. Fornecimento de licenças	Licença
2. Configuração do ambiente/sistema	Serviço
3. Instalação	Serviço
4. Suporte e manutenção	Mês
5. Treinamentos	Turma

5.1. Na etapa de instalação e configuração devem estar incluídas as cargas de arquivos e dados, bem como a integração sistêmica para cadastro de usuários e alçadas de aprovação sem nenhum custo adicional para a CONTRATANTE.

5.2. As atividades de carga de dados para a base de dados da SOLUÇÃO serão de responsabilidade da CONTRATADA, cuja execução deverá garantir a integridade dos dados transferidos e finalização com emissão de relatório apontando a quantidade de registros transferidos e eventuais inconsistências identificadas.

5.3. Os dados em sistema são de propriedade da CONTRATANTE, por isso em caso de encerramento do contrato deverão ser exportados em sua integralidade e entregues para a CONTRATANTE.

5.4. As etapas deverão ser documentadas e, ao final de cada uma, entregues à CONTRATANTE.

6. ESPECIFICAÇÃO DO SOFTWARE

6.1. São requisitos da solução tecnológica:

6.1.1. O software deverá ter API (Application Programming Interface) com integração de senhas da CETESB;

6.1.2. Garantir redundância na nuvem;

6.1.3. Autenticação de dois fatores;

6.1.4. Sistema Web e funcionar em mais de um navegador que seja compatível com o Windows 11 (Microsoft Edge, Google Chrome e Mozilla Firefox, entre outros), permitindo realizar todas as operações do sistema através destes navegadores;

6.1.5. As informações deverão ser armazenadas em banco de dados na CETESB;

6.1.6. Estar homologado para os bancos de dados Oracle, MS SQL Server e PostgreSQL;

6.1.7. Controlar o acesso de usuários no sistema através de identificadores individuais e senhas eletrônicas, criptografadas no banco de dados;

6.1.8. Garantia de segurança das informações; e

Pág. 15 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

6.1.9. Sistema operacional nos servidores: Windows (versões ativas) e Linux.

7. LICENCIAMENTO, LOCAL DE INSTALAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

7.1. Aquisição de 170 (cento e setenta) licenças concorrentes para Administradores, Gestores e Participantes do Workflow e visualizadores. Caso houver a necessidade de discriminação por tipo de usuário entre as licenças, deverá ser obedecida a seguinte proporção: 6 (seis) licenças do tipo administrador, 30 (trinta) licenças do tipo gestores/aprovadores e 134 (cento e trinta e quatro) licenças de visualizadores do sistema. Deverá ter a possibilidade de, se o usuário estiver ocioso (idle) após um período previamente parametrizado, esse usuário será desconectado automaticamente.

7.2. A instalação do serviço será na modalidade cloud, em servidor não dedicado, sob responsabilidade da contratada. O volume de armazenamento deve ser de pelo menos, 50 GB (cinquenta gigabytes) entre aplicação e banco de dados no ambiente produção e, de pelo menos, 50 GB (cinquenta gigabytes) entre aplicação e banco de dados no ambiente homologação.

7.3. A implementação do sistema ficará sob responsabilidade da contratada, com o suporte necessário do Departamento de Tecnologia da Informação – AI da CETESB.

8. TREINAMENTO

8.1. Deverá ser fornecido treinamento quanto às funcionalidades da nova aplicação, considerando as quantidades mínimas descritas abaixo:

8.1.1. Treinamento do Sistema Geral (suíte): mínimo de 8 (oito) horas; e

8.1.2. Treinamento do módulo de Gestão de Processos: mínimo de 8 (oito) horas;

8.1.3. Treinamento do módulo de Gestão de Riscos: mínimo de 8 (oito) horas;

8.1.4. Treinamento do módulo de Gestão de Conformidade e Controles internos: mínimo de 8 (oito) horas;

8.1.5. Treinamento do módulo de Auditoria Interna: mínimo de 8 (oito) horas;

8.1.6. Treinamento do módulo de Gestão Estratégica: mínimo de 8 (oito) horas;

9. MANUTENÇÃO E SUPORTE

9.1. Deverá ser fornecida manutenção e suporte técnico do sistema conforme descrito abaixo:

9.1.1. Suporte técnico por telefone e virtual (correio eletrônico, chat, etc.) da modalidade remota, de segunda à sexta-feira, das 08h às 18h (horário de Brasília), exceto feriados;

9.1.2. Atualização e fornecimento das novas versões do Sistema, sempre que estes forem

Pág. 16 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

atualizados;

9.1.3. Atualização dos módulos contratados sem custo, assim como quaisquer modificações e/ou aperfeiçoamentos, desde que não sejam customizações solicitadas pela CETESB, devendo essas customizações serem consideradas como adicionais e serão cobradas separadamente.

10. PROVA DE CONCEITO

10.1. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado a apresentar uma Prova de conceito (PoC) para demonstrar a execução dos serviços, visando aferir o atendimento de requisitos e funcionalidades mínimas do sistema web a ser utilizado, definidos no Anexo I deste Termo de Referência.

10.2. A PoC será apresentada na sede da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. A data e o horário específicos para este evento serão anunciados aos licitantes oportunamente.

10.3. A PoC será realizada por equipe técnica responsável pela aferição do atendimento aos Requisitos descritos no Anexo I deste Termo de Referência, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao pregoeiro, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do seu início.

10.4. O acompanhamento dos procedimentos de aferição será limitado à participação de até 2 (dois) representantes de cada licitante.

10.5. No ato da apresentação da PoC, o licitante classificado deverá apresentar declaração específica de que atende aos Requisitos constantes no Anexo I – Escopo dos Serviços.

10.6. A não apresentação da declaração constante do item anterior no ato da execução da PoC poderá incidir na desclassificação do licitante.

10.7. O não cumprimento da acessibilidade ao software, indicará a reprovação da solução.

10.8. O não cumprimento das especificações do software definidas nos itens ateriores, indicará a reprovação da solução.

10.9. A não conformidade com os requisitos descritos no Anexo I, indicará a reprovação da solução.

10.10. Todos os custos resultantes da participação ou acompahamento da PoC são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

10.11. Será disponibilizado relatório pela equipe técnica com o resultado da PoC, informando se o software apresentado pelo licitante classificado está em

Pág. 17 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

conformidade ou não com os requisitos e funcionalidades estabelecidos.

10.12. Caso o relatório indique que o software está conforme os requisitos exigidos, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

10.13. Caso o relatório indique a aprovação do software com ressalvas, os itens não conformes serão detalhados e o licitante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do relatório para realizar os ajustes necessários no software e diponibilizá-lo para realização de testes complementares e aferição da correção.

10.14. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada aos requisitos exigidos, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

10.15. Em caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante com a melhor colocação, seguido pelos licitantes subsequentes em ordem de classificação, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

11. PRAZO

O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços, com a possibilidade de prorrogação, até o limite de 60 (sessenta) meses à critério exclusivo da CETESB, nos termos da legislação vigente e aplicável.

12. LOCAL

A prestação de serviços será realizada na Sede da CETESB localizada na Av. Prof. Frederico Hermann Jr, 345 – Alto de Pinheiros – São Paulo.

13. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

I. INSTITUCIONAL

CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

CNPJ: 43.776.491/0001-70

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 109.091.375.118

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 8.030.313-7

II. RECURSOS HUMANOS

Pág. 18 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

a) Quadro de pessoal em dezembro/2024: 1732 empregados ativos distribuídos entre a Sede e 48 Agências Ambientais que cobrem todas as regiões do Estado de São Paulo.

III. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO

Macro Atividade	Tipo	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1. Fornecimento de licenças	Licença			
2. Configuração do ambiente/sistema	Serviço			
3. Instalação	Serviço			
4. Suporte e manutenção	Mês			
5. Treinamentos	Turma			

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

14.2. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, criminal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações e regras de negócio

14.3. Prestar os serviços através de pessoal capacitado, para que os mesmos sejam prestados dentro de um padrão de qualidade e perfeição técnica exigível pelo mercado.

14.4. Atualizar o ambiente de produção da CETESB sem custos adicionais, em caso de publicação de nova versão do software.

14.5. Realizar diariamente o backup dos dados da CETESB e garantir a recuperação completa desses dados em caso de incidentes de segurança da informação.

14.6. Em caso de rescisão do contrato ou fim da vigência contratual, todos os dados da CONTRATANTE presentes na base de dados da solução serão enviados à CONTRATANTE em formato de arquivo de backup aberto, possibilitando à CONTRATANTE realizar a restauração quando lhe convier, e que possam ser visualizados sem a necessidade de utilização da solução CONTRATADA.

14.7. Disponibilizar ao CONTRATANTE para o download, um arquivo com os dados inseridos na plataforma, em até 30 dias corridos, a contar do efetivo cancelamento dos serviços ou término da vigência deste CONTRATO. Após este período de 30 dias, a CONTRATADA não estará obrigada a manter ou a fornecer os DADOS do CONTRATANTE, ficando este ciente de que os mesmos serão removidos dos sistemas

Pág. 19 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

da CONTRATADA, exceto quando proibido por lei ou decisão judicial.

14.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar para qualquer das prestações a que está obrigada .

Pág. 20 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

ANEXO I – ESCOPO DOS SERVIÇOS

Item	Requisitos para Gestão de Processos	Tipo
1	Permitir gerenciamento de processos de negócio conforme metodologias já utilizadas na CETESB (BPMN).	Obrigatório
2	Suportar hierarquia de processos (ex. macroprocesso, processo, subprocesso).	Obrigatório
3	Permitir vinculação dos processos a estrutura de riscos e controles internos.	Obrigatório
4	Permitir vinculação dos processos a não conformidades apontadas pela auditoria interna.	Obrigatório
5	Permitir a modelagem de processos nas etapas AS IS e TO BE.	Obrigatório
6	Permitir registro da análise crítica para fins de gerenciamento e histórico.	Facultativo
7	Permitir a carga dos fluxogramas de processos conforme hierarquia da CETESB (arquivo BPM, Bizagi).	Obrigatório
8	Permitir a visualização da cadeia de valor dos processos.	Facultativo
9	Permitir o cálculo e medição de indicadores de processos.	Obrigatório

Item	Requisitos para Gestão de Riscos	Tipo
1	Sustentar o gerenciamento integrado dos riscos.	Obrigatório
2	Permitir o gerenciamento dos riscos relacionados aos processos de negócio e objetivos da organização, utilizando das melhores práticas (ISO 31000, COSO ERM).	Obrigatório
3	Suportar hierarquia de processos na estrutura de riscos (ex. macroprocesso, processo, subprocesso).	Obrigatório
4	Permitir o gerenciamento do Processo de Gestão de Riscos utilizando matriz de riscos parametrizada com as Políticas e Metodologias da CETESB.	Obrigatório
5	Permitir a avaliação dos riscos quantitativa e/ou qualitativa.	Obrigatório
6	Permitir a priorização de riscos, considerando o apetite ao risco.	Facultativo
7	Permitir a criação de alertas de riscos considerados prioritários.	Obrigatório
8	Permitir a classificação dos riscos sob várias categorias/tipologias de impacto diferentes (operacional, conformidade, integridade, financeira, imagem, ambiental, entre outras parametrizáveis).	Obrigatório
9	Permitir a associação dos riscos a controles internos existentes, preventivos e corretivos, e apresentar visualmente a avaliação do risco inerente e residual.	Obrigatório
10	Permitir a associação dos riscos a indicadores dos processos.	Obrigatório
11	Permitir a associação dos riscos a planos de mitigação.	Obrigatório
12	Permitir a associação do risco no momento que está sendo cadastrado um evento, seja ele um incidente ou não conformidade.	Obrigatório
13	Permitir a definição de responsáveis pelas atividades do ciclo de gerenciamento do risco, com estabelecimento do prazo de execução.	Obrigatório

Pág. 21 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Item	Requisitos para Gestão de Riscos	Tipo
14	Permitir ao gestor do processo fácil acesso para cadastrar e gerenciar informações sobre riscos, controles, indicadores e planos de ação de sua área de responsabilidade.	Obrigatório
15	Possibilitar envio de workflows para o gestor responsável por executar as atividades do ciclo de gestão de riscos (identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos, controles internos, indicadores e planos de ação.)	Obrigatório
16	Permitir que os riscos possam ser associados a um ou mais processos, podendo ser analisados e documentados individualmente para cada processo.	Obrigatório
17	Permitir a avaliação considerando a classificação de Risco inerente e o Risco Residual.	Obrigatório
18	Permitir o cálculo do Risco Residual com base na avaliação de controles internos.	Facultativo
19	Permitir a visualização da Matriz de Risco de todos os riscos por subprocesso, processo, macroprocesso e entidade.	Obrigatório
20	Permitir que os controles possam ser associados a mais de um risco.	Obrigatório
21	Permitir parametrização do mapa de calor dos riscos (escalas e cores) de acordo com as necessidades da CETESB.	Obrigatório
22	Permitir a criação e monitoramento dos planos de mitigação de riscos, inclusão de responsáveis e prazos de execução.	Obrigatório
23	Permitir a criação de alertas para atrasos de prazos de execução dos planos de mitigação de riscos.	Obrigatório
24	Permitir a carga/cadastro das matrizes de riscos e controles conforme hierarquia da CETESB.	Obrigatório
25	Permitir que os nomes e tipos de riscos sejam armazenados em um repositório único, garantindo um conjunto de riscos padronizados para a CETESB.	Obrigatório
26	Permitir a criação de indicadores de riscos.	Obrigatório

Item	Requisitos para Gestão de Conformidade e Controles internos	Tipo
1	Permitir a abertura de eventos (Incidentes, não conformidades) caso as consequências do risco superem o esperado, possibilitando a identificação das causas, análise, planos de ação e verificação da eficácia. Estes registros devem ser mantidos para histórico e entrada da nova avaliação do risco futuramente.	Obrigatório
2	Permitir registrar comentários sobre o controle durante a avaliação de auditoria dele.	Obrigatório
3	Cadastrar planos de testes para verificar se os controles realmente funcionam e identificar deficiências existentes.	Facultativo
4	Permitir o gerenciamento dos controles internos relacionados aos processos de negócio e objetivos da organização, utilizando das melhores práticas (ISO 31000, COSO ERM e COSO ICIF).	Obrigatório
5	Permitir a associação dos controles internos aos riscos e processos.	Obrigatório
6	Permitir a definição de responsáveis pelos controles internos existentes e pela implementação destes.	Obrigatório

Pág. 22 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Item	Requisitos para Gestão de Conformidade e Controles internos	Tipo
7	Permitir que os controles internos sejam compartilhados entre riscos, processos e entidades.	Obrigatório
8	Permitir o monitoramento dos controles internos por meio de autoavaliações (questionários) e auditorias.	Facultativo
9	Permitir a associação dos controles internos aos indicadores de processos.	Obrigatório
10	Permitir a criação de indicadores de conformidade.	Obrigatório
11	Permitir a associação dos controles internos com os documentos organizacionais	Facultativo

Item	Requisitos para Auditoria Interna	Tipo
1	Atender à métodologias de auditoria interna, com possibilidade de parametrizar o sistema para se adaptar aos métodos da companhia.	Obrigatório
2	Gerenciar o planejamento e a execução das auditorias internas, permitindo a alocação dos auditores e a distribuição da agenda, emitindo avisos aos envolvidos.	Obrigatório
3	Inclusão do plano anual de auditoria para que as unidades tomem ciência de quando e no que estarão envolvidas durante o processo de auditoria, gerando formalização e atendendo boas práticas.	Obrigatório
4	Permitir a utilização de checklist e criar ocorrências (sugestões de melhoria e não conformidades).	Obrigatório
5	Elaboração de relatórios personalizáveis de auditoria e outras opções de relatórios, gráficos e dashboards.	Obrigatório
6	Permitir a inclusão de atividades/processos de auditoria não previstos no plano anual.	Obrigatório
7	Permitir a gestão de documentos e versões com possível criação de alertas aos envolvidos.	Facultativo
8	Gestão de ações, não conformidades e achados de auditoria com possível criação de alertas aos envolvidos.	Facultativo
9	Permitir a criação de alertas diversos acerca da criação de tarefa e andamento dos processos de auditoria.	Facultativo
10	Permitir a integração/interface com o ERP e outros sistemas da Companhia, com possibilidade da criação de alertas automáticos parametrizáveis,	Facultativo
11	Permitir criação de link para visualização das evidências apresentadas no relatório de auditoria.	Facultativo
12	Permitir o registro e armazenamento de anexo, evidências e papéis de trabalho.	Facultativo
13	Permitir aos gestores da auditoria o acompanhamento das horas trabalhadas por auditor nos processos/atividades de auditoria, com emissão de relatórios.	Facultativo
14	Controle de acessos e permissões, com definição de níveis de acesso para auditores, gestores e outros usuários.	Obrigatório

Item	Requisitos para Gestão Estratégica	Tipo
1	Permitir o cadastro de objetivos, metas e iniciativas para o planejamento estratégico da companhia.	Obrigatório

Pág. 23 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Item	Requisitos para Gestão Estratégica	Tipo
2	Monitoramento do planejamento estratégico em tempo real por gráficos e relatórios criados pelo próprio software.	Obrigatório
3	Emitir avisos de pendências automáticos.	Obrigatório
4	Permitir a utilização de metodologias como BSC, SWOT, análise PESTEL, entre outras.	Facultativo

Item	Requisitos gerais	Tipo
1	Os módulos devem ter opção de cadastro de documentos para evidências. Anexar arquivos em formato xls, xlsx, doc, docx, ppt, pdf, etc.	Obrigatório
2	Permitir inserir campos adicionais na matriz de riscos (ex. processos e subprocessos).	Obrigatório
3	Fornecer ferramenta de acompanhamento consolidado dos riscos (Biblioteca), permitindo visualizar hierarquicamente os riscos da CETESB, ordenados por nível de risco, categoria e unidade vinculada.	Obrigatório
4	Dashboard com ferramenta de filtro (BI), de forma que esses filtros sejam de livre escolha dos usuários.	Facultativo
5	Ferramenta de exportação e importação de dados.	Facultativo
6	Relatório de análise crítica de processos.	Facultativo
7	Relatórios de todas as atividades de ciclo de riscos realizadas.	Obrigatório
8	Relatórios de incidentes e não conformidades.	Obrigatório
9	Relatórios com a efetividade de controles internos por risco.	Facultativo
10	Relatório de avaliação periódica dos ciclos de gerenciamento dos riscos da CETESB, de forma consolidada e da sua evolução analítica e gráfica, considerando o histórico.	Obrigatório

0O0

Pág. 24 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

ANEXO I.2: TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

"TERMO DE CONFIDENCIALIDADE"
(Contratada)

Este Termo de Confidencialidade se aplica a todos os prestadores de serviços, terceirizados, conveniados, credenciados, fornecedores e clientes usuários das Informações e dos Ativos de Tecnologia de Informação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Será apresentado juntamente na assinatura do instrumento contratual.

Declaro que, na condição de colaborador externo e usuário das Informações e dos Ativos de Tecnologia de Informação pertencentes a CETESB, firmo, por meio deste Documento, o entendimento e a aceitação da Política de Segurança da Informação da CETESB bem como dos seus documentos complementares.

Como parte deste Termo, comprometo-me a:

a) Preservar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das Informações obtidas durante a vigência da minha relação jurídica com a CETESB, **mesmo após o seu término**.
b) Manter sigilo sobre o ambiente da CETESB e os ativos de informação fornecidos.
c) Manter sigilo sobre informações confidenciais do negócio da CETESB.
d) Guardar inteiro sigilo dos dados processados, reconhecendo serem estes, de propriedade exclusiva da CETESB, sendo vedada à CONTRATADA sua cessão, locação ou venda a terceiros sem prévia autorização formal da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB).
e) Informar imediatamente à Diretoria de Gestão Corporativa e de Sustentabilidade (Diretoria A) da CETESB a respeito de qualquer falha, incidente ou anormalidade dos ativos de Tecnologia de Informação da CETESB.
f) Agir de forma responsável em relação aos recursos alocados para o desenvolvimento de minhas atividades profissionais.
g) Manter em perfeito funcionamento os sistemas e softwares aplicativos (pacotes) existentes no ambiente computacional da CETESB.

Declaro que os Ativos de Tecnologia de Informação de minha propriedade, incluindo os softwares, trazidos por mim para a CETESB, serão de minha exclusiva responsabilidade.

Pág. 25 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Declaro, ainda, estar ciente de que a violação a este Termo resultará em medidas legais cabíveis.

Local e Data:

Razão Social:
CNPJ:
Representante Legal:
CPF:
Assinatura:

Se pessoa física, informar nome completo e CPF

Nome do Colaborador	Assinatura

Pág. 26 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

"ANEXO II"
Proposta/Planilha de Quantidade e Preços

Docusign Envelope ID: 87313660-9BB7-4B83-8263-F2A580B90CAC

Proposta/Planilha de Quantidade e Preços

Item	Descrição	Unidade	QTD	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	**Fornecimento de 170 licenças**	Mensal	12	R$ 5.000,00	R$ 60.000,00
2	**Configuração do ambiente/sistema**	Serviço	1	R$ 13.500,00	R$ 13.500,00
3	**Instalação**	Serviço	1	R$ 1.500,00	R$ 1.500,00
4	**Suporte e Manutenção**	Mensal	12	R$ 7.500,00	R$ 90.000,00
5	**Treinamentos**	Serviço	1	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
	VALOR TOTAL GERAL				**R$ 170.000,00**

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Data: 25 de agosto de 2025
Razão Social: ACTIO DIGITAL LTDA
CNPJ: 32.783.967/0001-83
Responsável Legal: Josiene Aparecida Lemos Ribeiro
CPF: 112.893.426-44

Assinatura: Assinado por: Josiene Aparecida Lemos Ribeiro F7C839956DBB405...

Observação: Deverá ser inserido no sistema ComprasGov o "VALOR TOTAL GERAL" desta planilha

+55 31 | 3972 · 1800
www.actiosoftware.com

Av. Cristiano Machado, 2940 · 4° andar · sala 407|408 · União – Belo Horizonte | MG

Pág. 27 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

"ANEXO III"

PORTARIA SEMIL SGC nº 01, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, e prevê providências correlatas.

O **SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO CORPORATIVA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**, no uso de suas atribuições legais, haja vista o disposto nos autos do processo sob nº 020.00006039/2024-41 e

Considerando as disposições da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e

Considerando a importância de padronizar os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística,

DECIDE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - No âmbito da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a aplicação das sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a que se referem os incisos I, II, III e IV do caput do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, obedecerá às normas estabelecidas na presente portaria.

Artigo 2º - A aplicação das sanções observará os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Artigo 3º - As disposições desta portaria abrangem também as infrações cometidas por proponentes, adjudicatários e detentores de atas de registro de preços, bem como aquelas cometidas nos processos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES

Artigo 4º - Comete infração administrativa, nos termos da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o licitante e o contratado que, com dolo ou culpa:

I - der causa à inexecução parcial do contrato;

Pág. 28 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - der causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

V - salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

d) deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra o edital de licitação ou no aviso de contratação; ou

e) apresentar amostra em desacordo com as especificações, caso exigida na documentação que integra o edital de licitação ou o aviso de contratação;

VI - não celebrar o contrato, ou a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, sem justificativa, no prazo e condições estabelecidas pela Administração;

VII - recusar-se, sem justificativa, a assinar termo aditivo ao contrato, no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

VIII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

IX - apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame licitatório, no processo de contratação direta ou durante a execução do contrato;

X - fraudar a licitação, o processo de contratação direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

XI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

XII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou da contratação direta;

XIII - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Pág. 29 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

ASPECTOS GERAIS

Artigo 5º - Com fundamento na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

II - multa, não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou daquele estimado para a contratação, conforme o caso;

III - impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 3 (três) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Artigo 6º - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Artigo 7º - As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

Artigo 8º - A aplicação das sanções tratadas nesta portaria não exclui, em hipótese nenhuma, a obrigação de reparação do dano causado à Administração.

SEÇÃO II

DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Artigo 9º - A sanção de advertência será aplicada quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

SEÇÃO III

DA SANÇÃO DE MULTA

Pág. 30 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Artigo 10 - A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

I - No caso das infrações a seguir elencadas, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou daquele estimado para a contratação:

a) apresentar declaração ou documentação falsa na licitação, no processo de contratação direta ou durante a execução do contrato;

b) praticar ato fraudulento durante a licitação, no processo de contratação direta ou na execução do contrato;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ou do processo de contratação direta; ou

5. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - No caso das infrações a seguir elencadas, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor estimado da contratação:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

4. deixar de apresentar amostra; ou

5. apresentar amostra em desacordo com as especificações do mesmo.

III - Será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato, quando:

Pág. 31 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

a) a vencedora da licitação não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ou não formalizar a ata de registro de preços;

b) a contratada recusar-se, sem justificativa, a assinar o termo aditivo no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

c) não puder ser formalizado o contrato, o termo aditivo ou a ata de registro de preços em razão da não manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação ou no procedimento de contratação direta.

IV - No caso de inobservância do prazo fixado para a execução do objeto do contrato ou de obrigação acessória será aplicada multa de 1% (um por cento) até 5% (cinco por cento) do valor atualizado da parcela contratual correspondente, acrescida de:

a) 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor atualizado da parcela contratual correspondente quando o atraso se limitar a 50% (cinquenta por cento) do prazo inicialmente previsto para a entrega do objeto, de sua parcela ou da obrigação acessória relacionada;

b) 0,4% (quatro décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor atualizado da parcela inadimplida quando o atraso exceder o período previsto na alínea “a” deste inciso.

V - No caso de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:

a) será aplicada multa de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato;

b) ocorrerá extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas se o atraso for superior a 30 (trinta) dias, conforme dispõe o inciso I do caput do artigo 137 da Lei nº14.133, de 1º de abril de 2021;

c) e após o prazo mencionado na alínea “b” deste inciso V, a Administração poderá decidir, motivadamente, por conceder prazo adicional de até 15 (quinze) dias antes da extinção do contrato.

VI - No caso de inexecução parcial do objeto do contrato ou de obrigação acessória a este, será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor atualizado da parcela inadimplida do contrato, ressalvado o quanto previsto no inciso VIII deste artigo.

VII - No caso de inexecução total do contrato, será aplicada multa de 10% (dez por cento) até o máximo 20% (vinte por cento) do valor atualizado do contrato.

VIII - No caso de inexecução parcial ou total do contrato ou de obrigação acessória a ele, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, será aplicada multa de 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato ou da parcela inadimplida.

§ 1º - Ensejará a extinção do ajuste o atraso que corresponder ao total do prazo inicialmente previsto para entrega do objeto contratual, salvo decisão fundamentada da autoridade competente justificando a vantajosidade de manutenção da avença, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Pág. 32 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

§ 2º - A atualização do valor do contrato, da ata de registro de preços e do valor estimado da contratação será efetuada pela variação do índice da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP entre a data da infração e a data do efetivo pagamento da multa.

§ 3º - Considera-se obrigação acessória qualquer descumprimento das obrigações assumidas na contratação e que não se refiram diretamente ao objeto do contrato, exemplificativamente, porém não se limitando a esse rol:

1. o atraso ou o não pagamento de obrigações trabalhistas aos prestadores de serviços disponibilizados pela contratada para execução do objeto contratual;

2. a não disponibilização ou o atraso no envio de materiais ou insumos em quantidade e qualidade suficiente para execução do objeto do contrato;

3. o atraso em substituir equipamento, material ou mão de obra que não se mostre adequada ou com qualidade para execução do objeto contratado;

4. a não manutenção, durante a vigência do contrato, das condições que culminaram com sua habilitação;

5. o desatendimento às solicitações da Administração no prazo por ela determinado.

Artigo 11 - O valor correspondente à multa aplicada será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do contrato que ensejou a sanção.

§ 1º - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida no edital.

§ 2º - Inexistindo a possibilidade de desconto a que se refere o caput deste artigo, o correspondente valor deverá ser recolhido através de depósito bancário, em conta corrente em nome da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da notificação.

§ 3º - Não logrando êxito no recebimento da multa aplicada será efetuada a cobrança judicialmente.

Artigo 12 - A sanção de multa pode ser aplicada conjuntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do *caput* do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 13 - O não pagamento das multas no prazo e formas indicados implicará no registro de devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais -CADIN e na inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 14 - A aplicação de multa não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

SEÇÃO IV

DA SANÇÃO DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

Pág. 33 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Artigo 15 - São hipóteses para aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato, causando grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, nos termos do artigo 155, II, c.c. artigo 156, § 4º, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - dar causa à inexecução total do contrato;

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro, pelo agente de contratação ou pelo agente público durante o certame;

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado em especial quando:

1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra o edital ou o aviso de contratação; ou

5. apresentar amostra em desacordo com as especificações exigidas no instrumento convocatório;

V - não celebrar o contrato, a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI - não celebrar o termo aditivo no prazo estipulado pela Administração nos casos de alteração unilateral e naqueles em que houve anuência da contratada;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

Parágrafo único - A dosimetria da sanção de impedimento de licitar e contratar será aferida caso acaso, levando em consideração a gravidade do ato em si e o impacto gerado à Administração.

SEÇÃO V

DA SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

PARA LICITAR OU CONTRATAR COM AADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Artigo 16 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses do § 5º do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 1º - A ocorrência das infrações a seguir descritas ensejarão a aplicação de declaração deinidoneidade por um período de 3 (três) a 6 (seis) anos:

Pág. 34 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsadurante a licitação ou a execução do contrato;

II - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

3. caso exigida na documentação que integra o edital ou o aviso de contratação, apresentar amostrafalsificada ou deteriorada;

IV - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 2º - A ocorrência das infrações a seguir descritas, quando justificada a imposição de penalidade mais grave em relação à sanção de impedimento de licitar e contratar, ensejarão a aplicação de declaração de inidoneidade por um período de 3 (três) a 4 (quatro) anos:

1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

2. dar causa à inexecução total do contrato;

3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

5. não celebrar o contrato, a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6. não celebrar o termo aditivo no prazo estipulado pela Administração;

7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

§ 3º - A dosimetria da pena de declaração de inidoneidade será aferida caso a caso, levando em consideração a gravidade do ato em si e o impacto gerado à Administração.

CAPÍTULO IV

DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES E ATENUANTES

SEÇÃO I

DAS CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES

Artigo 17 - São circunstâncias agravantes:

Pág. 35 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

I - a prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - o conluio entre licitantes ou contratados para a prática da infração;

III - a apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - a reincidência;

V - o cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual.

§ 1º - Verifica-se a reincidência quando o acusado comete nova infração, depois de condenado definitivamente por idêntica infração anterior.

§ 2º - Para efeito de reincidência:

1. considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta dos de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;

2. não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e ado cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos;

3. não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

§ 3º - Na hipótese do inciso V do *caput*, o infrator estará sujeito à sanção cabível para a infração mais grave entre elas, ou, se iguais, à somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

Artigo 18 - Configurada a situação agravante, o valor da multa e o período previsto para a sanção de impedimento de licitar e contratar serão acrescidos de 100% (cem por cento).

§ 1º - o acréscimo mencionado no *caput* deste artigo, no caso de multa fica limitado a 30% (trinta por cento) do valor atualizado do contrato, da ata de registro de preços ou daquele estimado para a contratação.

§ 2º - o acréscimo mencionado no *caput* deste artigo, no caso de sanção de impedimento de licitar e contratar fica limitado a 6 (seis) anos.

SEÇÃO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES

Artigo 19 - Serão consideradas circunstâncias atenuantes, resultando na redução de 50% (cinquenta por cento) da sanção calculada nos termos desta portaria, quando a licitante, a detentora da ata de registro de preços ou o contratado, antes do julgamento:

I - confessar a autoria da infração;

Pág. 36 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

II - comprovar que procurou evitar ou minorar as consequências da infração;

III - reparar o dano.

§ 1º - As circunstâncias atenuantes, tratadas neste artigo, não terão efeito cumulativo entre si paraobtenção de redução adicional do percentual de sanção a ser aplicada.

§ 2º - A redução da sanção, mencionada no *caput* deste artigo, não poderá reduzir a dosimetria da pena abaixo do limite mínimo estabelecido nos §§ 3º e 5º do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1ºde abril de 2021.

CAPÍTULO V

DA COMPETÊNCIA

Artigo 20 - A competência para aplicar as sanções previstas nos incisos I, II e III do *caput* do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é do Subsecretário de Gestão Corporativa da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

Artigo 21 - A competência para declarar a inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração, prevista no inciso IV do *caput* do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é do Titular da Pasta.

Artigo 22 - No caso de contratação decorrente de Sistema de Registro de Preços - SRP, compete:

I - ao Órgão Gerenciador: aplicar as penalidades relacionadas ao procedimento licitatório, à ata de registro de preços e às próprias contratações; e

II - ao Órgão Participante / Não Participante: aplicar as penalidades decorrentes do contrato celebrado.

CAPÍTULO VI

DOS PRAZOS E PROCEDIMENTO

SEÇÃO I

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SIMPLIFICADO

Artigo 23 - A apuração de responsabilidade por infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de advertência e multa, previstas nos incisos I e II do *caput* do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá em processo administrativo simplificado, a ser conduzido por agente público designado pelo Subsecretário de Gestão Corporativa da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

§ 1º - A intimação conterá, no mínimo:

1. a descrição dos fatos imputados;

Pág. 37 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

2. o dispositivo pertinente à infração;

3. a identificação do proponente, do detentor da ata de registro de preços, do contratado ou dos elementos pelos quais se possa identificá-los; e

4. os efeitos da revelia.

§ 2º - Faculta-se a defesa do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contrata dono prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§ 3º - No processo administrativo simplificado fica dispensada a manifestação da Consultoria Jurídica da Pasta, exceto se houver dúvida jurídica específica.

§ 4º - O relatório final conclusivo, a ser remetido ao Subsecretário de Gestão Corporativa, para julgamento, deverá:

1. descrever suscintamente os fatos imputados;

2. informar os dispositivos legais e regulamentares infringidos;

3. indicar as penas a que está sujeito o infrator;

4. relacionar as peças principais dos autos;

5. conter a análise das manifestações da defesa; e

6. indicar as provas que fundamentaram a conclusão, fazendo-se referência aos documentos doprocesso em que se encontram.

§ 5º - Caso identificada, no curso do processo administrativo simplificado, a prática de conduta que possa caracterizar infração punível com as sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do *caput* do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será instaurado o processo de responsabilização.

SEÇÃO II

DO PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Artigo 24 - A apuração de responsabilidade por infrações que possam ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar ou contratar ou de declaração de inidoneidade, previstas nos incisos III e IV do *caput* do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ocorrerá por meio do processo de responsabilização de que trata o artigo 158 do mesmo diploma legal, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou ad hoc.

§ 1º - O ato de instauração do processo será subscrito pelo Subsecretário de Gestão Corporativa e deverá constar:

1. os fatos que ensejam a apuração;

Pág. 38 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

2. o enquadramento dos fatos às normas pertinentes à infração;

3. a identificação do proponente, do detentor da ata de registro de preços ou do contratado, ou os elementos pelos quais se possa identificá-los; e

4. na hipótese do § 2º deste artigo, a identificação dos administradores ou sócios, pessoa jurídica sucessora ou empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

§ 2º - Quando a personalidade jurídica for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos, poderá ser desconsiderada, nos termos do artigo 160 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 25 - A Comissão Processante será composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis ou empregados públicos, com atribuição de conduzir o processo e praticar todos os atos necessários para elucidação dos fatos.

§ 1º - No caso de a Comissão Processante ser composta por empregados públicos, estes deverão ter, preferencialmente, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º - A Comissão Processante, diante de elementos que possam ensejar a responsabilização de terceiros, deve solicitar a abertura de processo contra eles ou o aditamento do ato de instauração do processo de responsabilização em curso, remetendo-se os autos ao Subsecretário de Gestão Corporativa, para apreciação.

§ 3º - Se no curso da instrução surgirem elementos novos não descritos no ato de instauração de processo de apuração de responsabilidade, a Comissão Processante solicitará a instauração de novo processo ou o aditamento do ato de instauração do processo de responsabilização em curso, remetendo-se os autos ao Subsecretário de Gestão Corporativa, para apreciação.

Artigo 26 - Instaurado o processo, ou aditado o ato de instauração, a Comissão Processante dará impulso ao processo, intimando os acusados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita e especificarem as provas que pretendam produzir.

§ 1º - Quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim.

§ 2º - Serão indeferidas pela Comissão Processante, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - A Comissão Processante poderá solicitar a colaboração de outros órgãos para a instrução processual, por intermédio do Subsecretário de Gestão Corporativa.

§ 4º - Da decisão de que trata o § 2º deste artigo, no curso da instrução, cabe pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

§ 5º - Se não houver retratação, o pedido de reconsideração se converterá em recurso, que ficará retido e será apreciado quando do julgamento do processo.

Pág. 39 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Artigo 27 - Finda a instrução, o acusado poderá apresentar alegações finais em 5 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação.

Artigo 28 - Transcorrido o prazo previsto no artigo 27, a Comissão Processante elaborará relatório:

I - mencionando os fatos imputados;

II - informando os dispositivos legais e regulamentares infringidos;

III - descrevendo as penas a que está sujeito o infrator;

IV - relacionando as peças principais dos autos;

V - analisando as manifestações da defesa;

VI - indicando as provas que fundamentaram a conclusão, fazendo-se referência aos documentos do processo onde se encontram;

VII - propondo ao Subsecretário de Gestão Corporativa, em sendo o caso, a remessa de cópia do processo a outro órgão, como Ministério Público, Polícia, etc., para as providências de suas respectivas alçadas.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à responsabilidade do proponente, do detentor daata de registro de preços ou do contratado e informará, quando for o caso, se houve danos aoscofres públicos, sugerindo ao Subsecretário de Gestão Corporativa a remessa de cópia do processoao setor competente, para as providências cabíveis.

§ 2º - O relatório poderá, ainda, propor a absolvição por insuficiência de provas quanto à autoria e ou materialidade.

§ 3º - O relatório poderá conter sugestões sobre medidas que podem ser adotadas pela Administração, objetivando evitar a repetição de fatos ou irregularidades semelhantes aos apurados no processo.

§ 4º - O processo administrativo, com o relatório da Comissão Processante e manifestação da Consultoria Jurídica, será remetido para deliberação do Subsecretário de Gestão Corporativa.

§ 5º - A Comissão Processante ficará à disposição do Subsecretário de Gestão Corporativa para qualquer esclarecimento necessário.

§ 6º - Proferido o julgamento, encerram-se as atividades da Comissão Processante.

Artigo 29 - Será admitida no processo de apuração de responsabilidade o compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo administrativo, caso em que, após a juntada nos autos, será dada oportunidade ao acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis, contados de sua intimação.

Parágrafo único - O pedido para compartilhamento de informações e provas produzidas em outro processo será feito pela Comissão Processante ao Subsecretário de Gestão Corporativa.

Pág. 40 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Artigo 30 - No caso de indícios de falsidade documental apresentado no curso da instrução, a Comissão Processante intimará o acusado para manifestação, em 3 (três) dias úteis, contados de sua intimação.

§ 1º - A decisão sobre falsidade do documento será realizada quando do julgamento do processo.

§ 2º - Caso a apresentação de declaração ou documento falso for a causa principal do processo de apuração de responsabilidade não se aplica o disposto no caput e § 1º deste artigo.

SEÇÃO III

DA REVELIA E DOS RECURSOS

Artigo 31 - Se o interessado, regularmente notificado, não comparecer para exercer o direito de acompanhar o processo, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas nos autos.

§ 1º - Na notificação do interessado deve constar advertência relativa aos efeitos da revelia de que trata o *caput* deste artigo.

§ 2º - O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

Artigo 32 - Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, previstas nos incisos I, II e III do *caput* do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo único - O recurso de que trata o *caput* deste artigo será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do parágrafo único do artigo 166 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Artigo 33 - Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no inciso IV do *caput* do artigo 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, a ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento, nos termos do artigo 167 da referida norma.

Artigo 34 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Artigo 35 - Na contagem dos prazos para defesa, alegações finais, recurso e pedido de reconsideração, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Parágrafo único - Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de horário de expediente normal na Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

CAPÍTULO VII

Pág. 41 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO

Artigo 36 - O processo administrativo instaurado para acompanhar a execução do contrato deve conter elementos claros, objetivos e sufi cientes para embasar eventual aplicação de sanções à contratada, competindo ao fiscal do contrato:

I - exigir o cumprimento de todas as obrigações previstas no contrato e em seus anexos, inclusive as obrigações acessórias;

II - receber o objeto em conformidade com o artigo 140 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de2021;

III - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;

IV - elaborar relatório de vistoria, se necessário;

V - notificar a contratada sobre eventuais irregularidades identificadas;

VI - esclarecer eventuais dúvidas administrativas e técnicas, desde que dentro de sua esfera de atribuições;

VII - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

VIII - realizar a avaliação dos serviços executados, quando prevista;

IX - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletivo de segurança do trabalho;

X - manter contato com o preposto da contratada;

XI - emitir nota técnica ou informativa sobre alterações contratuais;

XII - comunicar a autoridade competente sobre eventual inexecução parcial ou total das obrigações contratuais, inclusive as acessórias, informando:

a) qual foi o ato praticado;

b) quando ocorreu;

c) as consequências decorrentes, inclusive se gerou prejuízo ou transtorno à Administração;

d) se o ato igual ou semelhante já foi praticado anteriormente.

XIII - manifestar-se sobre a eficácia do contrato com relação às necessidades da Administração, propondo formas de aperfeiçoamento;

XIV - no caso de obras e serviços de engenharia;

a) manter atualizados os projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU;

b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

Pág. 42 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

XV - no caso de serviços com dedicação exclusiva da mão de obra, verificar o cumprimento a seguintes obrigações:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do empregador e dos empregados;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em lei, referente ao mês anterior;

d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da lei;

g) realização de exames admissionais e de missionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a GFIP, FGTS, etc.;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato; e

l) quando da extinção da contratação, verificar o pagamento das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços do Contratado, sem que ocorra a extinção do contrato de trabalho.

XVI - outras atividades compatíveis com a função.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37 - A contagem do prazo de entrega do objeto da contratação será suspensa quando do recebimento provisório do material ou serviço, sendo retomada, se rejeitado, a partir do primeiro dia útil seguinte ao da notificação da recusa.

Artigo 38 - Esgotada a instância administrativa, as penalidades deverão ser registradas no sítio eletrônico www.esancoes.sp.gov.br, ou outro sistema que o venha a substituir, e nos demais sistemas eletrônicos mantidos por órgãos ou entidades da Administração Estadual.

Artigo 39 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou em outras leis sobre licitações e contratos, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei

Pág. 43 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na última norma.

Artigo 40 - Cópia desta portaria deverá integrar, como anexo, os editais de licitação, bem como os avisos e instrumentos de contratação direta.

Parágrafo único - Os termos de referência elaborados pelas áreas técnicas, quando necessários, deverão informar a aplicação da presente portaria às respectivas contratações.

Artigo 41 - Quanto às omissões desta portaria, aplicam-se as disposições legais e regulamentares pertinentes.

Artigo 42 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

§ 1º - Os instrumentos que tenham sido celebrados durante a vigência da Resolução SIMA nº 30, de 10 de maio de 2019, continuarão a ser regidos por ela.

§ 2º - Os instrumentos celebrados/publicados sob a regência da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, porém anteriores à publicação desta portaria, serão regidos pelos termos previstos nos respectivos instrumentos convocatórios ou termos de referência.

São Paulo, 17 de setembro de 2025.

FÁBIO AURÉLIO AGUILERA MENDES
Subsecretário de Gestão Corporativa

Pág. 44 de 44 - Documento assinado digitalmente por LIV NAKASHIMA COSTA, ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ, EDUARDO ALVES RODRIGUES, LORENA CÂNDIDO, ACTIO DIGITAL LTDA, JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO.
Para conferência, acesse o site https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo CETESB.034794/2025-17 e o código 8XKI86JK.

Peça do processo/documento CETESB.034794/2025-17, materializada por: G.B.D.O em 20/01/2026 10:27 CPF: ***.917.388-**

Assinaturas do documento

"Contrato 22-2025-308 Actio"

Código para verificação: **8XKI86JK**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

JOSIENE APARECIDA LEMOS RIBEIRO (CPF: ***.893.426-**) em 20/01/2026 às 09:52:52 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 20/01/2026 - 09:52:49 e válido até 20/01/2029 - 09:52:49.
(Assinatura do Sistema)

ACTIO DIGITAL LTDA (CPF: ***.859.737-**) em 19/01/2026 às 14:06:21 (GMT-03:00)
Emitido por: "AC SOLUTI Multipla v5 G2", emitido em 10/06/2025 - 14:33:00 e válido até 10/06/2026 - 14:33:00.
(Assinatura ICP-Brasil)

LORENA CÂNDIDO (CPF: ***.740.466-**) em 19/01/2026 às 10:19:20 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 19/01/2026 - 10:19:19 e válido até 19/01/2029 - 10:19:19.
(Assinatura do Sistema)

EDUARDO ALVES RODRIGUES (CPF: ***.468.038-**) em 15/01/2026 às 10:33:38 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/10/2025 - 17:06:38 e válido até 27/10/2028 - 17:06:38.
(Assinatura do Sistema)

ADRIANO RAFAEL ARREPIA DE QUEIROZ (CPF: ***.943.138-**) em 10/11/2025 às 14:08:52 (GMT-03:00)
Emitido por: "AC Certisign RFB G5", emitido em 10/04/2023 - 14:50:19 e válido até 09/04/2026 - 14:50:19.
(Assinatura ICP-Brasil)

LIV NAKASHIMA COSTA (CPF: ***.904.348-**) em 06/11/2025 às 15:26:44 (GMT-03:00)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 03/11/2025 - 10:58:12 e válido até 03/11/2028 - 10:58:12.
(Assinatura do Sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos e informe o processo **CETESB.034794/2025-17** e o código **8XKI86JK** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Esta página foi gerada automaticamente pelo sistema para detalhamento das assinaturas e não é contabilizada na numeração de páginas de processo.